PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO NO MUNICÍPIO

RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Vol. 1

Julho
ATUALIZADO
2021

Orientações de biossegurança

Realização

FUNDAÇÃO Maria Cecilia Souto Vidigal

Apoio

Itaú Social

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

índice

Chegou a hora! 4

Vacina 6

Orientações gerais 7

Encaminhamentos 8

Medidas gerais de proteção 10

Sintomas da Covid-19 12

O que fazer caso uma criança ou profissional seja contaminado? 13

Adequação dos espaços 14

Novos tempos, novas práticas 15

Acolhida das crianças 16

Acolhida dos profissionais 17

Considerações finais 18

Bibliografia 19

Chegou a hora!

Não dá mais para esperar. Após três semestres com as escolas fechadas pela pandemia de Covid-19, o Brasil precisa retomar as atividades presenciais na educação infantil e os avanços da ciência ajudam com os caminhos para que a retomada seja feita de forma segura para todos.

Embora ainda não tenhamos a medida exata dos prejuízos causados por um período tão longo com as crianças longe do ambiente escolar, inúmeros estudos já começam a dar a dimensão das perdas nos vínculos, interações e na aprendizagem para os meninos e meninas.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)[1], em novembro de 2020, 5,1 milhões de crianças (a partir de 6 anos) e adolescentes ficaram sem atividades escolares em todo o país. Outro levantamento, realizado pela Kantar Ibope Media a pedido da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal[2] e divulgado em junho de 2021, ouviu 1.036 cuidadores das classes A, B, C e D. Entre as principais conclusões está a de que para 27% dos cuidadores as crianças tiveram algum grau de regressão no comportamento.

Apesar desse quadro preocupante, em junho de 2021, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)[3], com apoio do Unicef e do Itaú Social, escutou 3.355 gestores municipais sobre a construção de protocolos sanitários. Os dados geram preocupação, pois em 40,4% das redes o processo de elaboração ainda estava em andamento e em 2,6% ele sequer tinha sido iniciado.

É fato que a pandemia de Covid-19 ainda não terminou, mas os protocolos sanitários têm-se mostrado seguros. Com alguns ajustes nos espaços, nas rotinas e nas práticas pedagógicas, aliados ao afastamento da escola de crianças ou adultos com dois ou mais sintomas, por exemplo, é possível termos um retorno que beneficie crianças, jovens, docentes, colaboradores e gestores educacionais.

Que venha o segundo semestre letivo de 2021, e que ele seja presencial, seguro e de qualidade para todos os meninos e meninas!

> **“5,1 milhões de crianças (a partir de 6 anos) e adolescentes ficaram sem atividades escolares em todo o país.”**

1. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil — Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação. Unicef/Cenpec. Disponível **aqui**.
2. Primeiríssima Infância — Interações na Pandemia: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de Covid-19. Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. Disponível **aqui**.
3. Pesquisa Undime sobre Volta às Aulas. Undime/Itaú Social/Unicef. Disponível **aqui**.

A ESCOLA LHES DÁ AS BOAS-VINDAS!

Vacina

Desde 17 de janeiro de 2021, quando a primeira vacina contra o novo coronavírus foi aplicada no Brasil, o país tem avançado gradativamente para o alcance de uma ampla cobertura da população.

Chegamos ao final do primeiro semestre deste ano com praticamente toda a população prioritária (como trabalhadores da área da saúde, idosos e pessoas com comorbidades) já tendo recebido, ao menos, a primeira dose do imunizante.

Outra boa notícia é de que, desde maio de 2021, os profissionais da educação passaram a compor a lista de prioridades do Ministério da Saúde. O resultado dessa medida é que, em julho de 2021, 95,1% das 3.355 redes municipais que participaram da pesquisa[4] "Educação na pandemia", já haviam iniciado a vacinação dos seus docentes e gestores educacionais.

Em relação às crianças, elas seguem sem previsão de serem imunizadas. Contudo, passados quase 18 meses desde o início da pandemia, a experiência internacional[5] mostra que meninos e meninas são, em geral, pouco acometidos diretamente pela doença e têm papel limitado na cadeia de transmissão.

“Em julho de 2021, 95,1% das 3.355 redes municipais que participaram da pesquisa já haviam iniciado a vacinação dos seus docentes e gestores educacionais.”

4. Pesquisa Undime - educação na pandemia. Undime/Itaú Social/Unicef. Disponível **aqui**.
5. Lichand, Guilherme and Alberto Doria, Carlos and Cossi Fernandes, Joao Paulo and Leal Neto, Onicio, Reopening Schools in the Pandemic Did Not Increase Covid-19 Incidence and Mortality in Brazil (March 25, 2021). Disponível **aqui**.
Varma JK, Thamkittikasem J, Whittemore K, et al. Covid-19 Infections Among Students and Staff in New York City Public Schools. Pediatrics. Disponível **aqui**.

Orientações gerais

Para auxiliar no processo de reabertura das escolas, instituições públicas e da sociedade civil publicaram uma série de materiais com orientações sobre as medidas necessárias para a segurança sanitária de toda a comunidade escolar no retorno às aulas presenciais.

Por exemplo, o Ministério da Educação (MEC) divulgou o ***Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica*** e o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o **Parecer CNE/CP Nº 6**, de 6 de julho de 2021. Além disso, em breve, a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal disponibilizará o guia atualizado: *Como voltar às atividades na educação infantil? Recomendações aos municípios no planejamento para a retomada no contexto da pandemia de Covid-19*.

Em relação aos investimentos necessários para a reabertura das escolas, a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), disponibilizou um estudo sobre o **impacto financeiro** e como calculá-lo de acordo com a realidade de cada município.

Para facilitar, o conteúdo que se segue consiste em um consolidado com as principais diretrizes estabelecidas por órgãos e instituições nacionais e internacionais que são referência em saúde pública. O objetivo é oferecer aos gestores públicos e educacionais um material rápido de consulta e orientação.

Por ter foco prioritário na educação infantil, este material contempla ainda os desafios adicionais que precisam ser considerados em virtude da pouca idade das crianças e da forma como o processo de ensino-aprendizagem deve ser conduzido nessa etapa educacional.

> **“É importante que o município construa as ações de forma intersetorial, reunindo os diferentes saberes em prol da coletividade.”**

Para lembrar, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** estabelece como um dos seus princípios que uma educação de qualidade é aquela que promove a aprendizagem por meio de experiências concretas, interativas, lúdicas e contextualizadas, ainda que adaptadas em virtude da pandemia. Há que se atentar, também, para o cuidado físico e emocional das crianças, bem como dos docentes.

Por fim, vale registrar que é importante que o município construa as ações de forma intersetorial, reunindo os diferentes saberes em prol da coletividade. No caso do retorno às atividades presenciais, um bom encaminhamento pode ser a participação do Comitê Municipal Intersetorial de Coordenação de Políticas pela Primeira Infância no processo decisório.

Encaminhamentos

Antes do retorno presencial acontecer efetivamente, é preciso que a gestão municipal se organize para garantir que todos os processos e insumos necessários à segurança sanitária de crianças e profissionais sejam providenciados – entre eles o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Na educação infantil, além de frascos de álcool em gel 70% e de máscaras para todos os profissionais e crianças em situação de vulnerabilidade, também devem ser fornecidos termômetro digital de testa infravermelho sem contato e outros materiais que sejam considerados necessários – em quantidade compatível com as necessidades do sistema de ensino. O mesmo vale para aqueles que têm contato com secreções das crianças, que precisam ter à disposição luvas descartáveis, óculos de proteção ou *face shield*.

Cabe ainda aos gestores municipais avaliar se o ambiente da escola possui as condições físicas e estruturais necessárias para o retorno em segurança, como salas com ventilação adequada; disponibilização de água, sabonete e álcool em gel 70% para todos; e espaço apropriado para a alimentação das crianças, evitando a aglomeração na hora da refeição.

O ar ao redor

A circulação e a renovação do ar das salas é um cuidado essencial no retorno às atividades presenciais nas escolas. Para isso, é importante que as janelas estejam sempre abertas. Não é recomendado o uso de salas sem janela, mas caso não haja outra solução, como o uso de áreas externas e/ou outros espaços da escola, é fundamental que a porta fique aberta.

O uso de ventiladores deve ser evitado devido ao risco de dispersão de partículas e aumento de contaminação. Em dias de calor intenso, uma alternativa é o uso no modo exaustão ou com fluxo de ar direcionado para fora. Já o ar-condicionado deve ser usado sem o modo ventilador e com as pás viradas para cima.

Mas, lembre-se: o ideal são ambientes com ventilação natural.

Além disso, vale lembrar que na educação infantil o distanciamento de 1 metro deve ser utilizado para calcular a capacidade dos ambientes, mas não precisa ser exercido pelas crianças em suas atividades.

Para facilitar esse preparo, a sugestão é que sejam coletados previamente os seguintes dados:

- Número e metragem de salas por instituição (para calcular a quantidade de crianças que poderão ser atendidas simultaneamente).
- Identificação de espaços alternativos que possam ser utilizados (bibliotecas, brinquedotecas, áreas externas, por exemplo).
- Número de cômodos de cada instituição (para planejar a compra de recipientes de álcool em gel).
- Número de profissionais disponíveis por instituição em cada categoria.

Atenção!

Para ter melhor monitoramento das turmas e, quando houver a confirmação de algum caso, poder rastrear aqueles que tiveram contato entre si, uma boa prática é que as crianças sejam atendidas em grupos fixos, que não se encontram com outros grupos durante toda a permanência escolar.

Por fim, mas não menos importante, os integrantes da comunidade escolar precisam ser capacitados para implementar as medidas de higiene e de segurança.

Medidas gerais de proteção

Até que a pandemia seja controlada, alguns cuidados precisam ser incorporados à rotina do ambiente escolar:

- Uso de máscara por todas as pessoas com idade acima de 2 anos.
- A escola deve oferecer máscaras em número suficiente e elas devem ser trocadas se estiverem sujas ou molhadas.
- Aferição da temperatura na entrada do estabelecimento, vetando o acesso de pessoas com temperatura igual ou superior a 37,5°C.
- Disponibilização de locais para a higienização das mãos.
- Limpeza frequente do espaço escolar.
- Manutenção dos ambientes ventilados e arejados.
- Uso ao máximo possível de áreas externas e naturais para atividades.
- Restrição da entrada de pessoas externas, incluindo responsáveis e fornecedores.
- Escalonamento do uso das áreas comuns.
- Estabelecimento da quantidade máxima de crianças por sala de acordo com o espaço disponível.
- Quando possível, para evitar aglomeração no refeitório, realizar refeições nas salas (que tiverem mesas).
- Suspensão de cumprimentos como aperto de mãos, beijos e abraços.
- Orientar pais e responsáveis sobre a importância de manter a criança em casa caso ela apresente sintomas da doença.
- Em relação ao transporte escolar, é importante que os motoristas sejam treinados para a higienização dos veículos, para a utilização e oferta de álcool em gel na entrada e na saída dos veículos, para manter janelas abertas ou o máximo de ventilação dentro dos parâmetros de segurança, entre outras diretrizes. Todos devem usar máscara durante o trajeto.

“Quando possível, para evitar aglomeração no refeitório, realizar refeições nas salas (que tiverem mesas).”

O uso da máscara

Apesar de terem sido amplamente difundidas no Brasil, tanto a máscara N95 quanto a PFF2 não são estritamente necessárias em um ambiente controlado como o das escolas.

Máscaras mais simples, com as especificações abaixo, também podem ser eficientes para a população em geral, pois tendem a ser mais confortáveis, evitando constantes toques e até mesmo deslocamentos para fora da região do nariz e da boca.

Portanto, as máscaras devem atender, pelo menos, às seguintes condições:

- Ter três camadas de proteção: a camada mais interna deve ser hidrofílica, por exemplo de algodão. A camada do meio deve ser de um material filtrante, por exemplo TNT. A camada mais externa deve ser hidrofóbica, de um material como poliéster[6].
- Ser feita de um tecido lavável e que permita respirar.
- Cubra totalmente o nariz e a boca.
- Ter o "clip" no nariz que permita o ajuste correto.
- Encaixar confortavelmente nas laterais do rosto e não deixar espaços vazios.

Para crianças a partir de 2 anos de idade, há indicação de uso de máscaras em tempo integral — já aquelas que apresentem condições específicas, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou deficiência intelectual, por exemplo, o uso deverá ser avaliado conforme resposta individual da criança[7].

Além disso, é importante estar atento aos modelos, para que respeitem o tamanho do rosto das crianças e garantam um ajuste confortável sobre o nariz, a boca e sob o queixo, além de não deixarem fendas nas laterais.

Vale lembrar, ainda, que o uso de máscara por meninos e meninas na faixa etária entre 2 e 5 anos deve ser sempre supervisionado por adultos responsáveis e de acordo com sua tolerância e aprendizado.

Lembre-se que tão importante quanto ter a máscara correta é saber utilizá-la:

- Higienize suas mãos antes de colocar ou tirar a máscara e sempre que precisar mexê-la.
- Cubra o nariz e a boca durante todo o tempo.
- Quando tirar a máscara, guarde em um saco plástico para ser higienizada depois.
- Nunca use máscaras com válvulas.
- Troque a máscara sempre que estiver suja ou úmida.

6. Fonte: **WHO updated guidance on the use of masks**. Organização Mundial da Saúde (OMS).
7. Covid-19: SBP apresenta recomendações sobre uso de máscaras por crianças e adolescentes. Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível **aqui**.

Sintomas da Covid-19

Lembre-se, é considerado caso suspeito de infecção por Covid-19 quando a criança ou profissional apresenta dois ou mais sintomas do quadro abaixo ou, isoladamente, perda de olfato ou paladar[8]:

- Febre
- Calafrios
- Cansaço/fadiga/sensação de moleza
- Dificuldade para respirar/ desconforto respiratório
- Tosse
- Coriza
- Dor de garganta
- Dor de cabeça
- Dor no corpo
- Dor no rosto "do tipo sinusite"
- Ardência nasal
- Conjuntivite
- Perda ou diminuição de olfato e/ou paladar
- Diarreia e/ou vômitos
- Inapetência
- Manchas vermelhas na pele

8. Saiba como é feita a definição de casos suspeitos de Covid-19 no Brasil. Ministério da Saúde. Disponível **aqui**.

O que fazer caso uma criança ou profissional seja contaminado?

- Deve permanecer em isolamento domiciliar por 10 dias caso apresente sintomas leves e não possua nenhuma doença imunossupressora, ou seja, comorbidades que reduzem a eficiência imunológica.
- Os contatos domiciliares, incluindo familiares e irmãos da criança contaminada, devem ser orientados a realizar isolamento domiciliar por 14 dias e, se apresentarem sintomas, procurar uma unidade de saúde.
- Caso apresente apenas sintomas leves (sem necessidade de internação), após o isolamento de 10 dias, e com pelo menos 24 horas sem febre e melhora dos sintomas, a criança ou o profissional poderá voltar com autorização médica. Caso apresente sintomas graves que levem à internação ou doença imunossupressora o tempo de isolamento deve ser de 21 dias.
- Afastar os profissionais e crianças que tiveram contato com o doente. Orientar que os mesmos procurem a unidade básica de saúde mais próxima e que, caso venham a apresentar sintomas, realizem o teste da Covid-19.

Atenção!

A criança ou adulto com Covid-19 confirmada e que apresenta sintoma leves, transmite o vírus em um período de 10 dias. Uma pessoa que teve contato com alguém contaminado pode levar até 14 dias para manifestar a doença.

Adequação dos espaços

Além das medidas gerais de proteção, as escolas precisam atentar para a reestruturação dos espaços, garantindo que eles se tornem mais seguros para as crianças e também para os profissionais. São cuidados importantes:

- A quantidade de pessoas em cada sala deve respeitar a capacidade para um distanciamento seguro. De acordo com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), essa distância é de, no mínimo, 1 metro. Lembrando que na Educação Infantil, o distanciamento físico não é obrigatório, de modo que a metragem é utilizada para cálculo da capacidade máxima das salas.
- Ter, em cada cômodo, frascos de álcool em gel disponibilizados de forma que possam ser acessados pelas crianças apenas sob supervisão do professor.
- Espalhar cartazes indicando o modo correto de lavar as mãos e usar máscaras (alertando, inclusive, que as crianças não devem trocar máscaras entre si).
- Estabelecimento de um cronograma de higienização, garantindo que a limpeza (usual) seja eficiente.
- Locais tocados por muitas pessoas, como maçanetas, corrimãos, botões, dispensadores de álcool em gel devem ser higienizados com mais frequência.
- Todos os brinquedos e materiais manuseados pelas crianças e profissionais deverão ser limpos sempre que tiverem contato com a boca ou estiverem sujos.
- Retirar das salas das crianças os materiais que não serão utilizados, reduzindo a possibilidade de contaminação.
- Priorizar brinquedos e demais materiais laváveis ou higienizáveis. Por exemplo, evitar cortinas ou outros materiais que concentrem poeira, dando preferência a persianas que possam ser regularmente higienizadas.

> **“Ter, em cada cômodo, frascos de álcool em gel disponibilizados de forma que possam ser acessados pelas crianças apenas sob supervisão do professor.”**

Novos tempos, novas práticas

Os cuidados individuais e a reestruturação de espaços são medidas essenciais, mas também as práticas pedagógicas precisam ser ajustadas nesse retorno às atividades presenciais.

- Os grupos de crianças de diferentes salas não devem se misturar, a fim de que a transmissibilidade seja reduzida e que os casos de contaminação sejam facilmente identificados.
- O rodízio de salas pelas crianças não é recomendado. Elas devem ter uma sala fixa, com deslocamentos para a área externa, se possível, e refeitório, se necessário, com escalonamentos de horários para que não dividam os espaços com crianças de outra turma.
- O uso de espaços externos e arejados deve ser priorizado.
- Recursos lúdicos podem ser utilizados para sinalizar as rotas e bons hábitos de saúde e higiene.
- Festividades na unidade educativa, tais como eventos culturais ou festas de aniversário, podem ser realizadas, desde que mantida a separação entre os diferentes grupos.

“O uso de espaços externos e arejados deve ser priorizado.”

Acolhida das crianças

A readaptação das crianças às atividades escolares também merece atenção especial neste momento. Devido ao longo período de afastamento das escolas, algumas poderão apresentar reações como choro, irritabilidade e até agressividade. Para amenizar o impacto desse retorno, as medidas de acolhimento tradicionalmente feitas no início do ano letivo devem ser acompanhadas de outros cuidados.

Por exemplo, é importante abrir espaços de conversa para que as crianças possam expressar seus sentimentos. Além disso, procurar saber como foi o período de distanciamento para cada família é um passo importante para antecipar essas reações e preparar-se para elas. Muitas famílias podem ter vivido situações dramáticas como morte de familiares e amigos, perda de emprego e dificuldade de manter as necessidades básicas, como alimentação, com reflexos diretos nas crianças.

“É importante abrir espaços de conversa para que as crianças possam expressar seus sentimentos.”

Caso haja suspeita de violência física ou psicológica contra os meninos ou meninas durante o período de distanciamento social, o Conselho Tutelar deverá ser acionado.

Em relação ao desenvolvimento, é importante ressaltar que os processos de aprendizagem das crianças não foram paralisados durante o período em que deixaram de frequentar as creches e pré-escolas. Em diferentes medidas, elas puderam dar continuidade aos processos por meio de interações e brincadeiras no ambiente doméstico. Assim, cabe aos professores avaliar como cada criança retorna ao ambiente educacional, procurando endereçar no seu planejamento pedagógico as necessidades coletivas e individuais de aprendizagem.

Acolhida dos profissionais

Essenciais para o trabalho pedagógico de qualidade, cuidar de quem cuida e educa precisa ser prioritário. Isso inclui dar-lhes acolhimento e conforto em relação às novas rotinas de trabalho. A gestão escolar deve potencializar momentos coletivos de planejamento, para que os profissionais possam se apoiar mutuamente ao enfrentar os desafios do retorno.

Muitos profissionais poderão voltar com receios e medos; alguns terão sofrido perdas entre familiares ou amigos. Sua saúde mental precisa ser considerada. Para os que necessitarem, deve ser oferecido atendimento psicológico pelas equipes de saúde.

Além disso, não é demais lembrar que os professores precisaram se reinventar durante o período de distanciamento social, o que resultou em um aumento significativo da carga de trabalho.

Considerações finais

Os impactos da pandemia de Covid-19 sobre as crianças foram inúmeros. O desenvolvimento de milhões de meninos e meninas pode ter sido comprometido em diversas esferas, como a social, a emocional e a educacional.

Reduzir os impactos desse quadro precisa ser prioridade neste momento, e a retomada das atividades presenciais facilitará e potencializará esse processo. As escolas devem ser abertas para garantir a efetividade do direito à educação das crianças brasileiras. Meninos e meninas têm acesso em creches e pré-escolas a experiências, intencionalmente planejadas do ponto de vista pedagógico, que promovem o seu desenvolvimento integral.

Como apresentado ao longo deste documento, diretrizes seguras para que isso aconteça estão à disposição, bem como instrumentos de apoio para fazer essa retomada acontecer.

Aqui, com o objetivo de dar um panorama geral, os conteúdos foram apresentados de forma sucinta, mas muitas outras informações e orientações estão disponíveis na íntegra dos estudos aqui apresentados, bem como no guia *Como voltar às atividades na educação infantil? Recomendações aos municípios no planejamento para a retomada no contexto da pandemia de Covid-19*, cuja versão atualizada será lançada no início de agosto de 2021 pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Importante enfatizar que é preciso priorizar o cuidado com os docentes: o acolhimento destes profissionais é fundamental no retorno das atividades presenciais na escola.

Para além dos desafios profissionais, não se pode ignorar os impactos dessas mudanças na saúde mental e no esgotamento dos professores brasileiros.

Por isso, tão importante quanto valorizar a atuação deles para mitigar os impactos dessa crise educacional é reconhecer que não se tratam de super-heróis, mas de seres humanos que precisam ser acolhidos nas suas necessidades e fragilidades.

Apropriar-se desse conhecimento é o caminho seguro para garantir direitos, cidadania e dignidade a milhões de crianças brasileiras.

“Apropriar-se desse conhecimento é o caminho seguro para garantir direitos, cidadania e dignidade a milhões de crianças brasileiras.”

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica*. Brasília, 2020. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Conselho Nacional de Educação (CNE). *Parecer CNE/CP Nº 6*, de 6 de julho de 2021. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Brasília, 2021. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. *Custo da reabertura de creches e pré-escolas públicas no contexto da Covid-19*. São Paulo, 2020. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. *Primeiríssima Infância — Interações na Pandemia: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de Covid-19*. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Lichand, Guilherme and Alberto Doria, Carlos and Cossi Fernandes, Joao Paulo and Leal Neto, Onicio, *Reopening Schools in the Pandemic Did Not Increase Covid-19 Incidence and Mortality in Brazil* (March 25, 2021). Acesso em: 22/07/2021. **Link** e **Link**

Organização Mundial da Saúde - WHO updated guidance on the use of masks (June, 2020). Acesso em: 24/07/2021. **Link**

Unicef. *Reabertura segura das escolas — Orientações para a rede e comunidade escolar sobre como promover uma volta às aulas segura e garantir o direito à educação de crianças e adolescentes*. Brasília, 2020. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Unicef/Cenpec. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil — Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação*. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Undime/Itaú Social/Unicef. *Pesquisa Undime — educação na pandemia*. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Varma JK, Thamkittikasem J, Whittemore K, et al. *Covid-19 Infections Among Students and Staff in New York City Public Schools*. Pediatrics. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica.* Brasília, 2020. Acesso em: 22/07/2021. **Link**

Volta às aulas: planejamento e segurança na pandemia
Este documento foi produzido pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Direitos e permissões
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citadas a fonte e a autoria.

Sugestão de citação
Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (2021) Retorno às atividades presenciais na educação infantil
https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br

Realização
Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal
https://www.fmcsv.org.br

FUNDAÇÃO
Maria Cecilia
Souto Vidigal

CEO
Mariana Luz

Diretora de Relações Institucionais e Governamentais
Heloísa Oliveira

Diretor de Operações
Leonardo Hoçoya

Diretor de Conhecimento Aplicado
Eduardo Marino

Diretora de Comunicação
Paula Perim

Gerente de Comunicação
Ana Carolina Vidal Guedes

Gerente de Relações Institucionais e Governamentais
Beatriz Abuchaim

Gerente de Conhecimento Aplicado
Marina Fragata Chicaro

Líderes de Portfólio
Karina Fasson
Larissa Araújo Santos

PMO
Bethânia Alves

Analista de Comunicação
Nathália Florencio

Analista de Conhecimento Aplicado
Leila Sousa

Consultoras da área da saúde
Luciana Becker Mau
Ana Carolina Marcos
Vera Bain

Especialista para elaboração da publicação
Ana Flávia Flôres

Projeto gráfico
The Infographic Company

Diagramação
Marília Filgueiras

Ilustrações
Anna Luiza Oliveira/The Infographic Company

Apoio
Itaú Social
consed Conselho Nacional de Secretários de Educação
UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

FUNDAÇÃO
Maria Cecilia
Souto Vidigal

Saiba mais em:

www.primeirainfanciaprimeiro.org.br